



CLIPPING INTERNET
14/10/2021 ATÉ 14/10/2021



INDÍCE

1	CNJ	
	1.1 BLOG DO LINHARES.....	1
	1.2 BLOG DO OSVALDO MAYA.....	2
	1.3 BLOG GILBERTO LEDA.....	3
	1.4 BLOG ISAÍAS ROCHA.....	4
	1.5 BLOG JORGE ARAGÃO.....	5
	1.6 BLOG ME INFORMO.....	6
2	INSTITUCIONAL	
	2.1 BLOG DO REGINALDO CAZUMBA.....	7
	2.2 PORTAL MA98.....	8
	2.3 SITE DIÁRIO DE BALSAS.....	9
	2.4 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	10
	2.5 SITE O MARANHENSE.....	11
3	PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE	
	3.1 SITE O MARANHENSE.....	12

BOMBA: CNJ determina auditoria no Tribunal de Justiça do Maranhão

POR: JOSÉ LINHARES JR. 14/10/2021 12:21

22

TOTAL

Guerra de liminares em Açailândia levantou suspeitas de que sistema de distribuição de processos esteja viciado no TJ. Corregedora nacional do CNJ determinou envio de equipe para averiguar denúncias. A ministra Maria Thereza de Assis Moura, corregedora nacional do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou que o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) passe por uma auditoria entre 8 e 12 de novembro. A ação se deu em resposta a denúncias protocoladas no CNJ. Segundo o documento, há a suspeita de vícios no sistema de distribuição de processo da casa. O fato que fundamenta a denúncia demonstra que o desembargador Luiz Gonzaga Almeida Castro tem sido sorteado em todas as ações protocoladas pelo vereador de Açailândia Josibeliano Chagas Farias, o Ceará. Em todas estas ocasiões, Gonzaga decidiu de forma favorável ao vereador.

A denúncia é de autoria do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascaran. A ação revela uma série de concessão de liminares suspeitas iniciada em janeiro de 2021, quando o Ceará entrou com liminar para anular sessão que elegeu a Mesa Diretora da Câmara de Vereadores. Além disso, Gonzaga também atendeu ao pedido de Ceará de cassar o mandato de nove, dos dezessete vereadores da casa. Pior de tudo: deixando a Ceará os critérios de posse dos suplentes.

O caso se tornou motivação de uma guerra judicial que amparava a posse dos vereadores eleitos pela população de Açailândia em todas as instâncias. Decisões que sempre eram derrubadas por liminares relâmpago sempre expedidas por Luiz Gonzaga Almeida Castro em favor de Ceará. Absurdo jurídico que só foi resolvido definitivamente quando o ministro do Superior Tribunal de Justiça, Humberto Martins, determinou que os nove vereadores de Açailândia fossem empossados.

A série de liminares dadas pelo desembargador prosseguiu. Após ação protocolada pelo grupo de Ceará, Gonzaga determinou o afastamento por 90 dias do vereador Cleones Oliveira Matos. Suspensão sem prejuízo da remuneração. Segundo os denunciante, a manobra consistia em colocar no lugar de Cleones um vereador membro do grupo de Ceará para tentar aplicar um golpe na Mesa Diretora da casa e eleger o presidente.

Dada a estranheza dos fatos, a ministra Maria Thereza de Assis Moura decidiu que auditoria que deve atingir o sistema de distribuição processual do TJ, bem como o possível direcionamento das ações de Ceará para o desembargador Gonzaga.

A auditoria será tocada por uma equipe do próprio CNJ que deve vir a São Luís com a função de descobrir se houve coincidência ou um esquema de venda de liminares. Segue a decisão da corregedora:

CNJ determina auditoria no Tribunal de Justiça do Maranhão

outubro 14, 2021 Osvaldo Maya 0 comentários

A ministra Maria Thereza de Assis Moura, corregedora nacional do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou que o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) passe por uma auditoria entre 8 e 12 de novembro. A ação se deu em resposta a denúncias protocoladas no CNJ. Segundo o documento, há a suspeita de vícios no sistema de distribuição de processo da casa. O fato que fundamenta a denúncia demonstra que o desembargador Luiz Gonzaga Almeida Castro tem sido sorteado em todas as ações protocoladas pelo vereador de Açailândia Josibeliano Chagas Farias, o Ceará. Em todas estas ocasiões, Gonzaga decidiu de forma favorável ao vereador.

A denúncia é de autoria do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascaran. A ação revela uma série de concessão de liminares suspeitas iniciada em janeiro de 2021, quando o Ceará entrou com liminar para anular sessão que elegeu a Mesa Diretora da Câmara de Vereadores. Além disso, Gonzaga também atendeu ao pedido de Ceará de cassar o mandato de nove, dos dezessete vereadores da casa. Pior de tudo: deixando a Ceará os critérios de posse dos suplentes.

O caso se tornou motivação de uma guerra judicial que amparava a posse dos vereadores eleitos pela população de Açailândia em todas as instâncias. Decisões que sempre eram derrubadas por liminares relâmpago sempre expedidas por Luiz Gonzaga Almeida Castro em favor de Ceará. Absurdo jurídico que só foi resolvido definitivamente quando o ministro do Superior Tribunal de Justiça, Humberto Martins, determinou que os nove vereadores de Açailândia fossem empossados.

A série de liminares dadas pelo desembargador prosseguiu. Após ação protocolada pelo grupo de Ceará, Gonzaga determinou o afastamento por 90 dias do vereador Cleones Oliveira Matos. Suspensão sem prejuízo da remuneração. Segundo os denunciantes, a manobra consistia em colocar no lugar de Cleones um vereador membro do grupo de Ceará para tentar aplicar um golpe na Mesa Diretora da casa e eleger o presidente. Dada a estranheza dos fatos, a ministra Maria Thereza de Assis Moura decidiu que auditoria que deve atingir o sistema de distribuição processual do TJ, bem como o possível direcionamento das ações de Ceará para o desembargador Gonzaga.

A auditoria será tocada por uma equipe do próprio CNJ que deve vir a São Luís com a função de descobrir se houve coincidência ou um esquema de venda de liminares.

Suspeita sobre distribuição leva CNJ a determinar auditoria no TJMA

A ministra Maria Thereza de Assis Moura, corregedora nacional do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), determinou que o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) passe por uma auditoria entre os dias 8 e 12 de novembro.

A ação se deu em resposta a denúncias protocoladas no Conselho dando conta de suspeitas de vícios no sistema de distribuição de processo da casa.

A Corte estadual já foi intimada da decisão (veja aqui).

A denúncia, de autoria do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascaran, aponta que o desembargador Luiz Gonzaga Almeida Castro tem sido sorteado em todas as ações protocoladas pelo vereador de Açailândia Josibeliano Chagas Farias, o Ceará. Em todas estas ocasiões, Gonzaga decidiu de forma favorável ao vereador.

A ação revela uma série de concessões de liminares iniciada em janeiro de 2021, quando Ceará entrou com liminar para anular sessão que elegeu a Mesa Diretora da Câmara de Vereadores.

Além disso, Gonzaga também atendeu a pedido de Ceará para cassar o mandato de nove dos dezessete vereadores da Casa. E mais: deixando a Ceará os critérios de posse dos suplentes.

Para esclarecer os fatos, a ministra Maria Thereza de Assis Moura decidiu que a auditoria deve atingir o sistema de distribuição processual do TJ, bem como o possível direcionamento das ações de Ceará para o desembargador Gonzaga.

Os trabalhos de averiguação serão tocados por uma equipe do próprio CNJ, que deve chegar em São Luís com a missão de descobrir os motivos de tanta coincidência.

CNJ DETERMINA AUDITORIA NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO

A ministra Maria Thereza de Assis Moura, corregedora nacional do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou que o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) passe por uma auditoria entre 8 e 12 de novembro. A ação se deu em resposta a denúncias protocoladas no CNJ.

Segundo o documento, há a suspeita de vícios no sistema de distribuição de processo da casa. O fato que fundamenta a denúncia demonstra que o desembargador Luiz Gonzaga Almeida Castro tem sido sorteado em todas as ações protocoladas pelo vereador de Açailândia Josibeliano Chagas Farias, o Ceará. Em todas estas ocasiões, Gonzaga decidiu de forma favorável ao vereador.

A denúncia é de autoria do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascaran. A ação revela uma série de concessão de liminares suspeitas iniciada em janeiro de 2021, quando o Ceará entrou com liminar para anular sessão que elegeu a Mesa Diretora da Câmara de Vereadores. Além disso, Gonzaga também atendeu ao pedido de Ceará de cassar o mandato de nove, dos dezessete vereadores da casa. Pior de tudo: deixando a Ceará os critérios de posse dos suplentes.

O caso se tornou motivação de uma guerra judicial que amparava a posse dos vereadores eleitos pela população de Açailândia em todas as instâncias. Decisões que sempre eram derrubadas por liminares relâmpago sempre expedidas por Luiz Gonzaga Almeida Castro em favor de Ceará. Absurdo jurídico que só foi resolvido definitivamente quando o ministro do Superior Tribunal de Justiça, Humberto Martins, determinou que os nove vereadores de Açailândia fossem empossados.

A série de liminares dadas pelo desembargador prosseguiu. Após ação protocolada pelo grupo de Ceará, Gonzaga determinou o afastamento por 90 dias do vereador Cleones Oliveira Matos. Suspensão sem prejuízo da remuneração. Segundo os denunciante, a manobra consistia em colocar no lugar de Cleones um vereador membro do grupo de Ceará para tentar aplicar um golpe na Mesa Diretora da casa e eleger o presidente.

Dada a estranheza dos fatos, a ministra Maria Thereza de Assis Moura decidiu que auditoria que deve atingir o sistema de distribuição processual do TJ, bem como o possível direcionamento das ações de Ceará para o desembargador Gonzaga. A auditoria será tocada por uma equipe do próprio CNJ que deve vir a São Luís.

Em tempos de desinformação e pandemia, o blog do Isaías Rocha reforça o compromisso com o jornalismo maranhense, profissional e de qualidade. Nossa página produz diariamente informação responsável e que você pode confiar.

CNJ determina auditoria no Tribunal de Justiça do Maranhão

A ministra Maria Thereza de Assis Moura, corregedora nacional do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou que o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) passe por uma auditoria entre 8 e 12 de novembro. A ação se deu em resposta a denúncias protocoladas no CNJ.

Segundo o documento, há a suspeita de vícios no sistema de distribuição de processo da casa. O fato que fundamenta a denúncia demonstra que o desembargador Luiz Gonzaga Almeida Castro tem sido sorteado em todas as ações protocoladas pelo vereador de Açailândia Josibeliano Chagas Farias, o Ceará. Em todas estas ocasiões, Gonzaga decidiu de forma favorável ao vereador.

A denúncia é de autoria do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascaran. A ação revela uma série de concessão de liminares suspeitas iniciada em janeiro de 2021, quando o Ceará entrou com liminar para anular sessão que elegeu a Mesa Diretora da Câmara de Vereadores. Além disso, Gonzaga também atendeu ao pedido de Ceará de cassar o mandato de nove, dos dezessete vereadores da casa. Pior de tudo: deixando a Ceará os critérios de posse dos suplentes.

O caso se tornou motivação de uma guerra judicial que amparava a posse dos vereadores eleitos pela população de Açailândia em todas as instâncias. Decisões que sempre eram derrubadas por liminares relâmpago sempre expedidas por Luiz Gonzaga Almeida Castro em favor de Ceará. Absurdo jurídico que só foi resolvido definitivamente quando o ministro do Superior Tribunal de Justiça, Humberto Martins, determinou que os nove vereadores de Açailândia fossem empossados.

A série de liminares dadas pelo desembargador prosseguiu. Após ação protocolada pelo grupo de Ceará, Gonzaga determinou o afastamento por 90 dias do vereador Cleones Oliveira Matos. Suspensão sem prejuízo da remuneração. Segundo os denunciantes, a manobra consistia em colocar no lugar de Cleones um vereador membro do grupo de Ceará para tentar aplicar um golpe na Mesa Diretora da casa e eleger o presidente.

Dada a estranheza dos fatos, a ministra Maria Thereza de Assis Moura decidiu que auditoria que deve atingir o sistema de distribuição processual do TJ, bem como o possível direcionamento das ações de Ceará para o desembargador Gonzaga. A auditoria será tocada por uma equipe do próprio CNJ que deve vir a São Luís.

É aguardar e conferir.

CNJ determina auditoria no Tribunal de Justiça do Maranhão

Publicado em 14 de outubro de 2021 por Redação

1

A ministra Maria Thereza de Assis Moura, corregedora nacional do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou que o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) passe por uma auditoria entre 8 e 12 de novembro.

A ação se deu em resposta a denúncias protocoladas no CNJ. Segundo o documento, há a suspeita de vícios no sistema de distribuição de processo da casa. O fato que fundamenta a denúncia demonstra que o desembargador Luiz Gonzaga Almeida Castro tem sido sorteado em todas as ações protocoladas pelo vereador de Açailândia Josibeliano Chagas Farias, o Ceará. Em todas estas ocasiões, Gonzaga decidiu de forma favorável ao vereador.

A denúncia é de autoria do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascaran. A ação revela uma série de concessão de liminares suspeitas iniciada em janeiro de 2021, quando o Ceará entrou com liminar para anular sessão que elegeu a Mesa Diretora da Câmara de Vereadores. Além disso, Gonzaga também atendeu ao pedido de Ceará de cassar o mandato de nove, dos dezessete vereadores da casa. Pior de tudo: deixando a Ceará os critérios de posse dos suplentes.

O caso se tornou motivação de uma guerra judicial que amparava a posse dos vereadores eleitos pela população de Açailândia em todas as instâncias. Decisões que sempre eram derrubadas por liminares relâmpago sempre expedidas por Luiz Gonzaga Almeida Castro em favor de Ceará. Absurdo jurídico que só foi resolvido definitivamente quando o ministro do Superior Tribunal de Justiça, Humberto Martins, determinou que os nove vereadores de Açailândia fossem empossados.

A série de liminares dadas pelo desembargador prosseguiu. Após ação protocolada pelo grupo de Ceará, Gonzaga determinou o afastamento por 90 dias do vereador Cleones Oliveira Matos. Suspensão sem prejuízo da remuneração. Segundo os denunciante, a manobra consistia em colocar no lugar de Cleones um vereador membro do grupo de Ceará para tentar aplicar um golpe na Mesa Diretora da casa e eleger o presidente.

Dada a estranheza dos fatos, a ministra Maria Thereza de Assis Moura decidiu que auditoria que deve atingir o sistema de distribuição processual do TJ, bem como o possível direcionamento das ações de Ceará para o desembargador Gonzaga.

A auditoria será tocada por uma equipe do próprio CNJ que deve vir a São Luís com a função de descobrir se houve coincidência ou um esquema de venda de liminares.

Prefeitura de São Luís e Iphan vão restaurar a estátua de Benedito Leite

13 de outubro de 2021 Pamela Melo

O projeto de restauração aprovado pelo Iphan/MA, foi elaborado pela equipe técnica da FUMPH.

A Prefeitura de São Luís, por meio da Fundação Municipal de Patrimônio Histórico (FUMPH), assina às 9h desta quarta-feira (13) a ordem de serviço para a imediata restauração da estátua de Benedito Leite, localizada na Praça Benedito Leite, Centro Histórico.

Feito em Paris pelo escultor francês François Emile Decarchemont e inaugurado em 28 de fevereiro de 1912, o monumento sofreu uma ação de vandalismo em junho de 2017 quando a placa de bronze fixada aos pés da estátua foi furtada, sendo recuperada meses depois, no esforço conjunto entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan/MA, Guarda Municipal e Polícia Militar.

O projeto de restauração aprovado pelo Iphan/MA, foi elaborado pela equipe técnica da FUMPH que fez o levantamento dos danos e apontou a execução dos seguintes serviços:

? Higienização: Limpeza mecânica e química

? Aplicação de anticorrosivo /inibidor de oxidação

? Obturações das lacunas superficiais e profundas

? Lixamento das áreas obturadas

? Recomposição das partes e peças faltantes e aplicação de anticorrosivo/inibidor de oxidação

? Tratamento protetivo/proteção química

O ato de assinatura da ordem de serviço para início da restauração contará com a presença do prefeito de São Luís, Eduardo Braide, secretários municipais, representantes dos órgãos de proteção ao patrimônio cultural, poderes judiciário e legislativo e empresas apoiadoras do patrimônio cultural, e marcará o início da construção de uma campanha com as entidades presentes no ato, que visa combater o vandalismo de bens culturais estimulando a população a preservar e denunciar a destruição de seu patrimônio.

Projeto Município Amigo da Justiça será apresentado em Balsas

Publicada em 14/10/2021 às 11h36

Promover a integração e a interação dos serviços do Judiciário e do Município para assegurar acesso de direitos dos municípios e fortalecimento da cidadania. Com essa finalidade, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio do Núcleo de Solução de Conflitos (Nupemec), apresentará o Projeto Município Amigo da Justiça nos dias 20 e 21 de outubro, nos municípios de Balsas e Presidente Dutra, respectivamente.

Leia também:

- Regional de Balsas receberá Projeto Conciliação Itinerante
- Em Balsas, prova de atletismo premiará competidores mais rápidos em várias categorias
- Balsas realiza Festa das Crianças nesta terça-feira (12)

O programa confere o “Selo de Reconhecimento Município Amigo da Justiça” para municípios que desenvolvem ações de garantias de direitos e orientação a cidadãos e cidadãs na resolução de conflitos com uso de meios adequados, por intermédio de ações já desenvolvidas por órgãos municipais, como ouvidorias, procuradorias e equipes de atenção social.

O coordenador do Núcleo de Solução de Conflitos (Nupemec/TJMA), juiz Alexandre Abreu aponta que “a autonomia dos municípios na escolha do modo de atuação para assegurar o acesso a uma ordem justa ao cidadão é um traço marcante nesse projeto”.

Para mais informações: e-mail conciliar@tjma.jus.br; (98) 3198.4558 (WhatsApp Business).

SERVIÇO:

Balsas

Dia: 20/10

Horário: 10h

Local: Sede da OAB

Estátua de Benedito Leite, em São Luís, será revitalizada

Por meio da Fumph, a Prefeitura de São Luís vai dar início a campanha que visa combater o vandalismo de bens culturais, estimulando a população a preservar e denunciar dano ao patrimônio

BÁRBARA LAURIA / O ESTADO

14/10/2021 às 00h00

Estátua de Benedito Leite, em São Luís, será revitalizada

Após a assinatura da ordem de serviços para revitalização, foi dado um abraço simbólico na estátua (Matheus Soares / O Estado)

São Luís - Com o objetivo de dar início a campanha que visa combater o vandalismo de bens culturais, estimulando a população a preservar e denunciar a destruição de seu patrimônio, o prefeito de São Luís, Eduardo Braide, assinou nesta quarta-feira, 13, documento que permite a revitalização da estátua de Benedito Leite, localizada na Praça Benedito Leite, que foi vítima de roubo e vandalismo no ano de 2017.

A revitalização será feita por meio da Fundação Municipal de Patrimônio Histórico (Fumph). O projeto de restauração aprovado pelo Iphan/MA, foi elaborado pela equipe técnica da Fumph que fez o levantamento dos danos e apontou a execução serviços específicos.

“Iremos nos juntar com outras entidades presentes, como a secretária municipal de Segurança, a Fumph e outras instituições para, não só restaurar esse monumento, mas criar esse apoio e canais para evitarmos casos de vandalismo com nossos monumentos, e até mesmo expandir para outros espaços, como fizemos com a Praça João Lisboa”, explica Mauricio Itapary, superintendente do Iphan.

Com previsão de conclusão em 60 dias, a revitalização vai contar com os serviços de higienização: limpeza mecânica e química; aplicação de anticorrosivo /inibidor de oxidação; obturações das lacunas superficiais e profundas; lixamento das áreas obturadas; recomposição das partes e peças faltantes e aplicação de anticorrosivo/inibidor de oxidação; e tratamento protetivo/proteção química.

O ato de assinatura da ordem de serviço para início da restauração contou com a presença do Prefeito de São Luís, Eduardo Braide, Secretários Municipais, representantes dos órgãos de proteção ao patrimônio cultural, poderes judiciário e legislativo e empresas apoiadoras do patrimônio cultural.

“Hoje estamos finalmente devolvendo para a cidade essa obra que foi vítima de vandalismo e recuperada. É um processo importante e por isso também vamos iniciar a Campanha Contra Vandalismo, para preservar nossos patrimônios, monumentos e espaços públicos. Mas ainda sim, precisamos do apoio e da colaboração da sociedade”, destacou o Prefeito de São Luís.

Furto da estátua

Em junho de 2017, em ato de vandalismo, a placa de bronze fixada aos pés da estátua de Benedito Leite foi roubada. Segundo lavadores de carro que trabalhavam no local à época, o furto aconteceu durante a noite, já que a viram em um dia e no dia seguinte ela já não estava no local.

A placa foi encontrada em março de 2018, no esforço conjunto entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan/MA, Guarda Municipal e Polícia Militar, e chegou a passar um período no Museu de

História do Estado Maranhão, até ser entregue para a cidade de São Luís.

SAIBA MAIS

Bendito Leite e Praça

Benedito Pereira Leite nasceu no município de Rosário, em 1857, e morreu em 1909. Foi um dos membros da Junta governativa maranhense de 1891 e governador do Maranhão de 1º de março de 1906 a 25 de maio de 1908, falecendo um ano depois. O largo onde situa-se atualmente a praça, em fins do século XVIII era ocupado por casebres até que, em 1804, o governo português ordenou a implantação de um jardim botânico no local, mas o projeto foi abandonado ainda no início.

Em 1851, deu-se a retirada das construções e o largo foi transformado em jardim, recebendo gradil de ferro e plantil com várias árvores e flores, sofrendo pequenas intervenções nos anos seguintes, como substituição e acréscimo de arbustos. Em 1906, o governador Benedito Leite ordenou ao engenheiro Anísio Palhano de Jesus a elaboração de um projeto paisagístico para o largo, com a implantação de figueiras, compondo um jardim de 12 espaços, destinados ao Patheon Maranhense.

Ela já foi chamada de Jardim 13 de Maio, Largo do João Velho, Praça da Assembleia e, hoje, Benedito Leite, em homenagem ao ex-governador, recebendo uma estátua deste confeccionada em bronze e esculpida na França por Émile Decorchement. A inauguração ocorreu em 6 de março de 1911.

Projeto Município Amigo da Justiça será apresentado em Balsas e Presidente Dutra

Promover a integração e a interação dos serviços do Judiciário e do Município para assegurar acesso de direitos dos municípios e fortalecimento da cidadania. Com essa finalidade, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio do Núcleo de Solução de Conflitos (Nupemec), apresentará o Projeto Município Amigo da Justiça nos dias 20 e 21 de outubro, nos municípios de Balsas e Presidente Dutra, respectivamente.

O programa confere o "Selo de Reconhecimento Município Amigo da Justiça" para municípios que desenvolvem ações de garantias de direitos e orientação a cidadãos e cidadãs na resolução de conflitos com uso de meios adequados, por intermédio de ações já desenvolvidas por órgãos municipais, como ouvidorias, procuradorias e equipes de atenção social.

O coordenador do Núcleo de Solução de Conflitos (Nupemec/TJMA), juiz Alexandre Abreu aponta que "a autonomia dos municípios na escolha do modo de atuação para assegurar o acesso a uma ordem justa ao cidadão é um traço marcante nesse projeto".

Para mais informações: e-mail conciliar@tjma.jus.br; (98) 3198.4558 (WhatsApp Business).

SERVIÇO:

Balsas
Dia: 20/10
Horário: 10h
Local: Sede da OAB

Presidente Dutra
Dia: 21/10
Horário: 10h
Local: Salao do Júri de Presidente Dutra

Polo de Balsas receberá projeto Conciliação Itinerante

No período de 18 a 22 de outubro, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) irá promover a terceira edição de 2021 do projeto Conciliação Itinerante. Desta vez, a ação acontecerá no polo de Balsas, no sul do Estado.

Durante a iniciativa, cidadãos e cidadãs de Tasso Fragoso (18 e 19/10), Fortaleza dos Nogueiras (20 e 21/10), Sambaíba (22/10) e cidades vizinhas poderão resolver questões processuais (com ação judicial em andamento) e pré-processuais (sem ação judicial), de forma ágil, simples e pacífica, por meio do diálogo, do acordo, da conciliação.

O evento é promovido pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec/TJMA), presidido pelo desembargador José Luiz Almeida e coordenado pelo juiz Alexandre Abreu.

O presidente do Nupemec do TJMA, desembargador José Luiz Almeida, enfatiza o alcance social do projeto, com vistas à pacificação dos conflitos. "O projeto Conciliação Itinerante é fruto de investimentos do Poder Judiciário do Maranhão na garantia de ampliação do acesso à Justiça à população. Faremos mais um grande evento em benefício da comunidade", pontuou.

O coordenador do Nupemec do TJMA, juiz Alexandre Abreu, explica que as pessoas (partes) que possuem processos em andamento na comarca e desejaram fazer acordos, basta comparecerem ao local, mesmo sem agendamento, para dialogarem e resolverem a questão da melhor forma possível, por meio da conciliação.

"Nosso intuito é incentivar a cultura do diálogo, do acordo, da conciliação, da pacificação social. Durante o evento, serão possíveis audiências presenciais e híbridas, ou seja, com uma parte presente e a outra participando de videoconferência, com uso de um celular com câmara, de qualquer lugar do Brasil, até mesmo no exterior", afirmou o juiz.

DEMANDAS

Na oportunidade, a população poderá resolver demandas processuais e pré-processuais, de natureza cível ou de família, tais como: divórcio, pensão alimentícia, coleta de material para exame de DNA, renegociação de dívidas, guarda de filhos, divisão de bens, problemas de vizinhança, acesso a plataformas digitais de conciliação, dentre outras.

LOCAIS DE ATENDIMENTO

Polo de Balsas: 18 a 22 de outubro

Tasso Fragoso: 18 e 19/10, das 9h às 16h, no Ginásio Maria Ducarmo Tavares (DUDU), na Rua Humberto de Campos, Centro.

Fortaleza dos Nogueiras: 20 e 21/10, das 9h às 16h, na Rua Raimundo Braúna, s/n, Nova Fortaleza.

Sambaíba: 22/10, das 9h às 16h, no Auditório da Escola São Raimundo Nonato, Sambaíba.

MEDIDAS PREVENTIVAS

Durante o evento, todas as medidas preventivas em relação à Covid-19 serão respeitadas, como o uso de álcool em gel, máscaras e o distanciamento social.

COMO PARTICIPAR

Para participar de uma sessão de conciliação durante o projeto, o cidadão ou cidadã deve comparecer com documentos pessoais (comprovante de residência, RG, CPF, certidão de nascimento - em caso de menor) e comprobatórios da demanda (faturas, registro de imóvel e outros, a depender de cada caso).

PLATAFORMA

Durante o projeto, o coordenador do Nupemec, juiz Alexandre Abreu, informa que o TJMA também irá oferecer serviços de acesso e orientação de uso da plataforma consumidor.gov.br, que hoje conta com a adesão de mais de 880 empresas, para a solução de conflitos, por meio digital.

MAIS INFORMAÇÕES

Para mais informações: Telejudiciário (98) 3194.5555; 0800-7071581; e-mail conciliar@tjma.jus.br; (98) 3198.4558 (WhatsApp Business).